

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

DAMOSIEL LACERDA DE ALENCAR
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Chicão da Silveira - PDT
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank - PMN
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Remídio Monai - PR

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz - PV
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Flamarion Portela - PTC

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Jean Frank - PMN

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Suplentes:
1º - Deputado Sargento Damosiel - PRP
2º - Deputada Aurelina Medeiros - PSDB

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Chicão da Silveira - PDT

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Marcelo Natanael - PRB

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Dhiego Coelho - PSL

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Sargento Damosiel - PRP
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Soldado Sampaio - PC do B

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Remídio Monai - PR

SUMÁRIO

Atos Legislativos

Ata da 2013ª Sessão Ordinária na Íntegra

2

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERALPraça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
Telefone: (95) 3623-6665ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
Gerente de Documentação GeralVICTOR TAVARES PIRO
Diagramação

MATERIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 2013ª SESSÃO, EM 05 DE MAIO.

41º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.
= ORDINÁRIA =PRESIDÊNCIA DA SENHORA DEPUTADA AURELINA
MEDEIROS.

(Em exercício)

Às nove horas do dia cinco de maio de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima décima terceira Sessão Ordinária do quadragésimo primeiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Remídio Monai**) - Lida a Ata.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que Procedo à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Coronel Chagas**) – Proceda à leitura do Expediente.

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

-Proposta de Emenda Constitucional s/nº, de 03/05/11, do Deputado Coronel Chagas, modificando o art. 174 da Constituição do Estado de Roraima.

-Indicação s/nº, de 04/05/11, do Deputado Francisco Assis da Silveira, ao Governador do Estado, solicitando a recuperação total da Estrada Tronco do P.A. Taboca, Município de Bonfim, em toda a sua extensão, totalizando 16 km.

-Indicação s/nº, de 05/05/11, dos Deputados Gabriel Picanço e Ângela Águida Portella, ao Governador do Estado solicitando a recuperação da estrada denominada "Estradinha" e da ponte no km-31, que dá acesso à Escola Estadual Professor Leopoldo Campelo, localizada na Vila Jundiá, Município de Rorainópolis.

EXTERNO:

-Ofício Circular nº 008/2011, de 25/04/11, da Agência de Fomento do Estado de Roraima S/A, informando a posse do Diretor Presidente e do Diretor de Administração e Finanças daquela Agência de Fomento, em 20/04/11.

-Ofício Circular nº 010/11, de 27/04/11, da Secretaria de Estado da Gestão Estratégica e Administração, informando sobre o IV Congresso de Gestão Pública.

Era o que constava do expediente, Senhor Presidente.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Solicito ao Senhor Primeiro secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Coronel Chagas**) – Procedo à chamada.

O Senhor Deputado **Famarion Portela** – Senhora Presidente, Senhora e Senhores Deputados, vou pedir atenção a minha fala de hoje a todos os Deputados, mas, em especial, a Presidente **Aurelina Medeiros**, ao meu amigo **Joaquim Ruiz**, líder do Governo, pois temos que compreender essa árdua missão que ele tem nesse poder, mas sei que o que trago aqui hoje, ele vai procurar esclarecer, porque é algo absolutamente estarrecedor. Portanto, eu peço a atenção dos Deputados e, também, do Deputado **Rodrigo Jucá** que é líder do bloco governista. Começarei apelando para Deus imitando o poeta: "Deus, oh! Deus onde estás que não responde, em que céu, em que mundo tu ti escondes?".

Agora no mês de março a Secretária **Tonica** encaminhará para o CPL todo o roteiro para a elaboração do edital de compra de merenda escolar. Cause espécie, logo na terceira página ela diz que os recursos oriundos do FNDE, e eu tenho de 16 de janeiro até agora todas as transferências do FNDE para o Estado de Roraima que já somam três milhões e setecentos mil reais, serão adquiridos separados, através de processo licitatório independente, ou seja, ela faz uma aquisição de merenda escolar, meu querido **Joaquim**, com a fonte zero, tendo recursos próprios, e não inclui o recurso do FNDE, e eu queria mostrar algo que me causou espécie. A Secretária manda um documento que tenho em mãos cujo valor estimado para merenda escolar é de 18.837.070,00, para 200 dias letivos, e eu, naturalmente fui pesquisar como ela chegou a esse valor, o qual chama de valor estimativo. Percorrendo toda a orientação, nós chegamos somente a 60 escolas da capital que serão atendidas e, vem aqui para o cardápio, que chama atenção porque é algo também preocupante, visto que há documentos aqui em minhas mãos, pedindo para tirar salsicha e bebidas lácteas, de acordo com a lei 1010, de 08/05/2006, que é a lei de segurança alimentar. Então, aqui tem arroz com salsicha ao molho, tem salsicha, tem bebida Láctea. Tudo isso é condenado pelo conselho de segurança alimentar, por uma lei específica.

Agora, tenho aqui em mãos o documento que fez a construção do preço estimativo. Veja bem, a Secretaria de Educação consulta três empresas. Quais são as empresas? Comércio e Serviços LTDA a Endoline Comércio e Serviços LTDA – ME, COAN, que já é a fornecedora da merenda, bem como do restaurante popular. A RF diz que o orçamento dela seria de 19.442.000,00 mil reais, é uma coisa construída de forma grosseira, de forma a violentar a nossa inteligência mediana porque nós não somos mais inteligentes do que ninguém, somos medianamente inteligentes. Aí vem a Endoline 19.549.000,00, um pouquinho a mais. A COAN que está fornecendo 17.818.000,00, e que está cotando menor que as outras. Agora, aqui está o novo documento onde Diretoras fizeram expediente no conselho alimentar escolar, que diz que a bebida Láctea tem que ser suspensa porque está dando diarreia e vômito nas crianças. Documento esse do FNDE sugerindo que a compra seja feita em conjunto, com recursos próprios, recursos do FNDE para a merenda escolar. Aí fui pesquisar quem é FR Comércio e Serviços-LTDA. Há dois sócios; **Ricardo Souza Magalhães**, CPF 517.349.542.04, peguei logo o CPF porque dependendo dos esclarecimentos nós vamos para os órgãos que vão fiscalizar isso, e **Paulo Pereira da Silva**, CPF 446.491.919.87, capital social de 150 mil reais, uma empresa que tem 150 mil reais e que não tem nenhuma identificação de fornecimento de alimento é chamada para compor um preço que a Secretaria chamou de preço estimativo, cotou 19.000.000,00, mas tem um capital de 150 mil reais. Aí tem a Endoline Comércio Serviços-LTDA – ME, sócios: **Marcio Luz de Matos Miller**, CPF 507.973.522-87; **Arlindo Antonio Miller**, CPF 085.132.360-04, capital social, de 50 mil reais. Esta cotou 19 milhões e meio para a Secretaria de Educação como preço estimativo e tem um capital de 50 mil reais.

Isso demonstra o desleixo, a crença na impunidade Deputado **Mecias**, porque não pode ser. Pois bem, vamos para frente. Tenho a Ata da CPL, Comissão Central de Licitação, do dia 28 do mês de abril. Participaram dessa licitação, Deputado **Chagas**, quatro empresas. No final, depois das eliminações, ficaram só, e somente só, duas empresas, e o que é pior, aqui na Ata cita o preço básico da educação, igual ao que está lá no documento que eu acabei de ler, 18.837.070,00, mas acontece, **Joaquim**, que misturaram alho com bulgalho, o edital

e a ata aqui, juntaram comida para a penitenciária, para o restaurante popular e, também, para a merenda escolar. Qual é o orçamento básico da Secretaria de Justiça e Cidadania? 12.996.946,80. Tem até centavos no preço básico da Secretaria de Justiça e Cidadania, e o orçamento para a alimentação deles gira em torno de 9, 10 milhões. Eu não tenho ainda o começo do orçamento que foi construído, mas ele é, também, absolutamente suspeito, eu não vejo suspeição maior no orçamento da SETRABRES para o restaurante popular, de 2.589.840,00. Eu não vejo, mas, meus queridos nobres Deputados, o Governo juntou as três licitações, Deputado **Xingu**, numa só, e a Megaclear ganhou a licitação por 33.780.000,00. Ela ganhou todas as licitações numa só. Deputado **Joaquim Ruiz**, um orçamento de 33 milhões. Sabe qual é a segunda colocada? A Masan Alimentos e Serviços-LTDA, até a COAN dessa vez escafederam-se, não está aqui no final do certame licitatório. Sabem quanto é diferença do preço dela para a Megaclear, 3 mil reais. O orçamento dela é 33.753.000,00. Isso é grosseiro minha gente. Deputado **Joaquim**, Vossa Excelência foi Prefeito, eu acho que as coisas não podem ser feitas dessa maneira tão aviltantes, tão agressivas.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jânio Xingu** – Deputado, o Senhor fez um questionamento que entendo ser uma denúncia grave, pois disse que a comida dos presos, a merenda escolar e o restaurante popular foram conjugados e duas empresas, uma com capital de 150 mil, que nem podem participar, que nem estão habilitadas...

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** continua – Não, não disse isso não, disse que empresas que tem capital de 50 mil e de 150 mil foram chamadas para apresentar propostas para compor o orçamento básico da Secretaria de Educação.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jânio Xingu** – Então, não podem participar?

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** continua – Não estão aqui e nem vieram olhar o edital porque não tinham capital para isso.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jânio Xingu** – Sim, mas o mérito é o volume. Então, somado a tudo isso, conjugou e uma empresa só ganhou para fornecer para o sistema penitenciário, para o restaurante popular, para a merenda escolar. Misturou merenda escolar com comida de preso, e a misturou ao restaurante popular. Não, não podemos ser omissos, pois como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, vou convocar a Secretária de Educação, pois esse é um processo em que vamos pessoalmente, estudar. Por isso, vocês podem contar conosco, pois quero participar arduamente. Quando O Senhor Deputado terminar seu pronunciamento, solicito uma cópia do material que Vossa Excelência dispõe para que possamos estudar. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** continua – Obrigado! Quero aqui enaltecer que tenho absoluta confiança na Secretária **Lenir**, sei da sua integridade, da sua competência e da sua ética. Aqui, nada tem haver com a **Lenir**. Olhem só, eu tenho um documento datado do dia 22 de junho de 2007, do Secretário **Leocádio**, encaminhando para o Senhor **Antonio Brito Sobrinho**, Presidente da Comissão em 2007, só está com três anos e meio, que ele diz o seguinte: Refiro-me ao resultado da licitação 187/07, para tecer as seguintes considerações: “A empresa vencedora MEGACLEAR comércio e serviços Ltda., quando constituída, cadastrou-se tendo como endereço a sala 29 do Shopping Fortaleza, na Avenida Jaime Brasil. Temos que convir que o referido endereço seja absolutamente impróprio para o exercício da atividade de produção e comercialização de gêneros alimentícios. A referida empresa foi constituída, permanece e está até esta data com atividades de limpeza e conservação de imóveis. Não consta no registro desta SEFAZ qualquer compra ou venda de mercadorias já realizada por esta empresa. Em diligência realizada pela fiscalização fazendária, está constatado que tal empresa não funciona no endereço especificado, razão pela qual temos sua inscrição estadual baixada de ofício, conforme se observa na publicação em anexo, no Diário Oficial do Estado”. O **Leocádio** anexou documentos e disse: “Feitas tais considerações, causa-me estranheza o fato da referida empresa lograr êxito em certames licitatórios promovidos pelo Estado de Roraima, quando, na verdade, não pode nem sequer dela participar. Isto posto, entendo, salvo melhor juízo de Vossa Senhoria, que seria recomendado uma reconsideração do resultado licitatório”. O último documento anexado pelo **Leocádio** diz: a empresa foi formada, está aqui o contrato social, em 19.06.2005 com o capital de 150 mil reais. 150 mil de um sócio e 150 mil de outro. Está aqui o contrato social anexado ao documento. Aqui estão todos os recursos do FNDE para o Estado de Roraima, eles somam, precisamente, R\$ 3.907.909,69. Todas as cópias estão aqui. Pesquisei, também, sobre a situação atual da MEGACLEAR, pois minha

responsabilidade. Quem são seus sócios? **Nudson Ney de Souza Padilha**, CPF 446.555.922-49 e **Vaninha Wanderley Gadelha**, CPF 529.345.602-44. Hoje, o capital social dela pulou de 150 mil, do segundo semestre de 2007, para R\$ 1.350.000,00. Capital social integralizado. É um crescimento meteoro. Esses sócios enriqueceram muito rapidamente, mas uma licitação no valor de 33 milhões de reais é algo que me deixou boquiaberto. Pesquisei, também, sobre a NAZAM Alimentos e serviços Ltda, empresa do Rio de Janeiro, que tem filial no Maranhão, veio para cá participar e cotou só três mil reais a mais do que os R\$ 33.350.000,00. Ela cotou R\$ 33.750.000,00. Sócios: **Marcos Antonio de Luca**, com CPF 966.223.507-87 e **Francisco Mantuano de Luca**, com CPF 018.303.067-08, capital social de cinco milhões de reais.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Rodrigo Jucá** – Agradeço o aparte. Quero aqui me juntar a indignação de Vossa Excelência. Nós temos em comum o fato de nós dois termos trabalhado com a atual Secretária de Educação **Lenir Veras** e nós dois sabemos da seriedade dela. Então, queria pedir cópias desses documentos, porque tenho certeza que essa iniciativa partirá de outros Deputados também. Pedirei oficialmente a Secretária para que cancele esse processo e abra um novo processo, porque é o mínimo que a administração pública pode fazer quando se depara com uma situação dessa natureza e nessas condições, pois é de ofício, unilateralmente. Com a maior urgência possível, deverá ser cancelado esse processo e aberta uma nova licitação, uma nova contratação. Por isso, gostaria de pedir a Vossa Excelência que me encaminhe essas cópias. Quero dizer que a Secretária **Lenir** não vai ficar inerte a essa situação, ela é defensora pública e isso por si só, já demonstra um pouco da natureza dessa Secretária. Essa denúncia que Vossa Excelência traz mostra que o Governador estava certo com relação à substituição que fez.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** continua – Obrigado Deputado. Senhores Deputados, o meu pronunciamento aqui não é para atirarem pedra em ninguém, nem para condenar ninguém não. O meu intuito aqui é evitar, mais uma vez, que o dinheiro público vá para o ralo. Acho que é meu dever enquanto cidadão e, muito mais ainda enquanto representante da sociedade, como Deputado, fazer isso. É um papel espinhoso, árduo, é, mas é minha responsabilidade e eu não vou fugir dela Deputado **Mecias de Jesus**. Quebre onde quebrar, bata onde bater, não vou fugir. Agora Deputados **Rodrigo** e **Joaquim**, queria que vocês me ajudassem a descobrir por que a CPL juntou essas três licitações? Isso, para mim, é fundamental ser esclarecido, porque se a Secretária de educação mandou um roteiro para a construção do edital para a compra da merenda, por que, então, por ordem de quem e por determinação de quem, a CPL juntou esses três processos para licitar em uma licitação única? Isso, para mim, é fundamental.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Quero me juntar ao Senhor na denúncia e às palavras do **Rodrigo**. Solicita cópia dessa documentação para que eu possa me unir a Vossa Excelência nessa denúncia. Queria registrar a presença, em nosso Plenário, do Vice Prefeito do Amajari.

Aparte concedido ao Senhor **Mecias de Jesus** – Deputado **Flamarion Portela**, Vossa Excelência traz, mais uma vez, depois de estudar, e sei que Vossa Excelência é estudioso e cauteloso, uma denúncia grave de má versação de recursos públicos. Lembro-me de uma frase do Deputado **Chico Guerra**, Presidente desta Casa, que diz: quem rouba dinheiro da merenda escolar dos menininhos e do remédio dos doentes, tem que ir para a cadeia mesmo. E Vossa Excelência, hoje, traz uma denúncia que, com certeza, não será a primeira e nem a última, feita neste Governo. Lembro-me que alguns dias atrás fizemos um ofício à Secretária de Educação, denunciávamos ao Tribunal de Contas também, que estavam sendo comprados livros e materiais didáticos pelo valor absurdo de 14 milhões de reais e, na época, ouvíamos nos corredores da Secretaria de educação e de outros lugares, que a divisão era de quatro milhões pra um, quatro para outro, dois para outro. Nós pedimos cópia do processo da Secretária de Educação e, depois de dois meses, ela respondeu que não tinha como fornecer o processo porque não tinha dinheiro para fazer cópias. Nós oficiamos ao Ministério Público para que tomassem as providências, para que pedissem cópias do processo, porque esses livros que seriam comprados, na época, iriam ser doados. Em seguida, os mesmos livros doados pelo Governo Federal, a Secretaria de Educação estava comprando. Não entendi, pois se o Governo Federal vai doar os livros para a Secretaria de Educação, por que o Governo do Estado estava comprando os mesmos livros? Mas, quero dizer, também, como Vossa Excelência deixou bem claro, que não podemos satanizar a Secretária **Túnicia**, até porque, isso não é uma obra da Secretária, isso é

um Projeto de Governo, mas, confiamos plenamente na Secretária **Lenir**, sabemos da sua índole, da sua conduta séria e ilibada e, acreditamos que ela tomará posições diferentes. Fiquei muito feliz pelas colocações feitas pelo Deputado **Xingu**, Deputado **Rodrigo Jucá** e pela Presidente da Casa. Eu gostaria Senhora Presidente, de sugerir a Vossa Excelência que não apenas requiera cópia do Deputado **Flamarion Portela**, dos documentos que estão aqui, mas também, já ouvido o plenário, à Secretária de Educação, cópia integral do processo e requiera a CPL do Estado informações do porquê de ter juntado todas essas licitações em uma só e, que oriente a Secretária, em seu escritório, a suspender todo e qualquer andamento do processo até que esta Casa possa analisar, através da Comissão de Educação e de Direitos Humanos, como dito pelo Deputado **Xingu**, para que tome novos andamentos, pois, só assim, tomando essas providências, nós poderemos, a partir de agora, tentar colocar um freio para que essas irregularidades não aconteçam. Lembro quando denunciávamos aqui a questão dos livros, pois quando tomaram conhecimento através das denúncias 15 dias depois, já tinham pagado a primeira fatura dos livros. Então, para tentarmos impedir isso, temos que ser céleres e rápidos. Parabéns Deputado **Flamarion Portela**, por mais um belo trabalho que Vossa Excelência traz. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Deputada **Aurelina Medeiros**, esse é o espírito, evitar que pague, pois quando o processo é irregular, tem dia que se dá a ordem de serviço, se publica no diário oficial, se empenha e se fatura e, às vezes, se paga no dia seguinte. Então, o nosso receio aqui é que, exatamente, como está ainda em nível de CPL que esta possa nos fornecer tudo isso e que nada ande, para que fique claro. Não estou aqui atirando pedras e nem dizendo que vou resolver nada sozinho não. Eu estou compartilhando com o Poder Legislativo uma denúncia grave para que, conjuntamente, possamos resolver a questão. Tudo aqui está absolutamente documentado, para clarear.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Deputado **Flamarion Portela**, muito obrigado pelo aparte. Fico feliz pela atuação parlamentar de Vossa Excelência. Ontem mesmo, à noite, conversando com minha esposa sobre um pronunciamento da Senadora **Ângela**, na TV Senado, e eu disse que Vossa Excelência tinha uma atuação parlamentar excelente, muito boa. Querida me associar à indignação de Vossa Excelência, visto que essa questão é inaceitável diante das denúncias que Vossa Excelência faz, pelo tamanho da gravidade, e pelo constrangimento que a gente passa aqui no Estado. Deputado **Flamarion Portela**, há certas montagens que subestimam a inteligência do ser humano, pois é inaceitável, é fazer todo mundo de bobo. Quando você vai à Secretaria de Obras atrás de reivindicar que o Secretário tenha celeridade na recuperação de uma vicinal, que possa fazer um tampa buraco, é constrangedor, pois quando você entra na Secretaria de Obras, parece mais que você é um Deputado empreiteiro, que tem uma empresa, o senão tem um laranja por trás. Deputado **Flamarion**, é um absurdo, você vai à Secretaria de Educação para melhorar o transporte escolar e dizem que não dá porque é do Deputado fulano de tal. Você vai reclamar da recuperação das estradas e não pode porque é do Deputado fulano de tal. Temos que acabar com isso, e dar um ponto final. Estamos nos ridicularizando, estamos sendo todos expostos, mesmo aqueles que vêm apenas para defender os interesses do povo, mas ficamos ridicularizados perante a opinião pública por causa desses acontecimentos. Temos que acabar com isso aqui. É horrível você usar a força do seu mandato e pegar um terceiro, o chamado laranja, e colocá-lo em uma licitação pública. Isso é inaceitável no processo democrático e transparente em que vivemos hoje. Então, queria associar-me a indignação de Vossa Excelência e dizer que está na hora deste Poder tomar providências e dar um basta nisso aí. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhora Presidente, Senhores Deputados, imprensa, senhores aqui presentes.

Confesso Deputado **Gabriel**, que fiquei até sem ânimo de trazer uma problemática talvez tão pequena, mas importante diante da fala do Deputado **Flamarion** sobre as denúncias que foram feitas. Acredito que esta Casa e todos os Deputados precisam tomar as devidas providências de imediato, e pela lógica, a última denúncia de licitação fraudulenta feita nesta Casa constantemente pelo Deputado **Flamarion** foi a compra de remédios no valor de 17 milhões. Foi feita essa licitação e compraram 12 milhões. Na época, economizaram 5 milhões, e nessa mesma lógica de super faturamento dos remédios, nessa compra de 33 milhões, quando fomos apurar de perto, vão economizar para os cofres públicos acima de 5 milhões com toda certeza.

Quero abordar o encontro da Associação Nacional dos Praças, do qual participei nos dias 27, 28 e 29, no Estado do Rio Grande do Sul,

onde estavam presentes vários Estados com suas delegações e entidades representando os policiais, bombeiros e os praças e, discutimos com autoridades e convidados vários temas voltados à segurança pública do nosso Estado e do Brasil como um todo. O nosso ENEP (Encontro Nacional dos Praças) é de fundamental importância para que possamos criar mecanismos para discutirmos os anseios da categoria como um todo. Nesse encontro, o Sistema de Segurança Pública do Estado, o qual dia 31 estará lançando a frente Parlamentar em defesa da PEC 300, que terá o papel essencial de fazer com que possamos votar essa PEC 300, em segundo turno, na Câmara dos Deputados, definiremos, de uma vez por todas, um piso salarial para os policiais e bombeiros civis e militares de todo Brasil. De antemão, quero convidar os Parlamentares desta Casa a participarem dessa Audiência Pública de suma importância e, principalmente, os Deputados da área da segurança pública os Senhores Deputados **Sargento Damosiel** e **Coronel Chagas**, devido à importância da nossa contribuição na instalação da frente parlamentar em defesa da PEC. Outra palestra que foi abordada, Senhoras e Senhores Deputados, foi sobre a política de direitos humanos criada pelo Governo Federal na Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Lá estava a Senhora **Rosa Maria** – Coordenadora Geral dos Direitos Humanos e Segurança da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Ela ouviu, naquele momento, de várias entidades e Estados reclamações, denúncias, solicitando do Governo Federal, em parceria com o Governo do Estado normatizar diretrizes que tratem das questões dos policiais e bombeiros, no tocante aos regulamentos e a disciplina. Durante toda discussão tivemos a seguinte conclusão: os policiais e bombeiros do Brasil, hoje, estão longe de ser cidadãos de fato e de direito. Os direitos mais básicos, garantidos na Constituição, são negados a essa categoria. Os regulamentos, a disciplina e o código de ética estão ultrapassados, são arcaicos e não têm amparo na Constituição. O nosso encaminhamento, enquanto pauta e contribuição da ANASPPRA e das Entidades que participaram daquele evento, estamos enviando para o Governo Federal e para o Ministério da Justiça, reivindicações importantíssimas que farão com que os nossos policiais de todo o Brasil tenham, de fato e de direito, reconhecimento enquanto cidadão. Foram abordadas algumas questões nesse encontro que negam esse direito aos policiais. Por exemplo, os policiais e bombeiros sequer têm direito a uma filiação partidária, os assédios morais que existem dentro dos quartéis de todo Brasil, é de uma grandeza sem limite. No nosso Estado, se pegarmos nosso regulamento de disciplina, há coisas extremamente absurdas. Temos aqui, está na Lei, que o praça especial até para se casar tem que pedir permissão a seu Comandante. Temos em nosso regulamento de disciplina coisas absurdas. Aconteceu e tenho conhecimento de um colega nosso que teve em sala de aula um oficial, superior, e ele foi constrangido, pois tinha que pedir permissão ao seu superior para permanecer na sala de aula. Tenho o nome do oficial, o número da sala. Este aluno trancou o curso, foi para outra turma para não passar seis anos na mesma sala com esse referido oficial. Coisas como essas são inadmissíveis em nossa conjuntura. Temos em nosso regulamento de disciplina, de 81, que o policial militar para recorrer à justiça tem que pedir permissão ou simplesmente esgotar a via administrativa. No artigo nº 42 os nossos policiais, se estiverem sentados em um local ou num evento e chegar um superior, pela hierarquia, se for soldado, cabo ou sargento, têm que ceder o espaço para esse superior sentar, e pedirem permissão para ficar num ambiente onde há um superior. Isso representa hoje uma afronta, ao nosso estado de direito, representa a falta de direitos humanos. E aí, não tem como nós, cidadãos pedirmos, exigirmos do policial militar, civil, bombeiro, que seja qualquer trabalhador de Segurança Pública, e que o direito humano ele trate como tem que tratar, sendo que nos quartéis, no serviço público, esse servidor não é tratado com o devido direito e sequer tem direitos humanos. É nesse sentido que queremos conchamar a todos os Deputados. Acredito que o Governador fez um decreto criando uma Comissão para instalar e criar a legislação dos servidores militares de nosso Estado. Essa Comissão tem o prazo de 60 dias para se instalar, e eu estou contando dia-a-dia para chegar nesta Casa esse Projeto do Executivo. Então, que esta Comissão, que os nossos Comandantes das Corporações tenham a cautela, o cuidado de se atentarem para essas questões, para fazermos nessa legislação que está vindo para esta Casa, com que os policiais e bombeiros sejam tratados como seres humanos. É inadmissível que nas nossas academias hoje, tenhamos 120 horas de ordem unida na grade curricular e apenas 40 horas de direitos humanos, o qual é tratado em vários aspectos, mas jamais em aspectos voltados para os policiais e bombeiros. Se quisermos uma polícia humanizada, que respeita o cidadão, que o trate como tem que ser tratado. Precisamos ter mecanismos

legais que garantam a esses servidores de segurança pública o mínimo de direitos humanos: carga horária definida em lei, piso salarial, férias, lazer, ser respeitado no tocante ao voto, filiação partidária, pois tudo isso é negado aos trabalhadores de segurança pública não só em Roraima, mas no Brasil como um todo. Nesse sentido que conclamo ao Governo do Estado, a essa Comissão responsável, a Legislação Estadual dos Militares que se atente para isso, que chame as entidades para a discussão. E quero pedir o apoio dos Senhores Deputados quando chegar a esta Casa o pedido de criação dessa Comissão que sejam sensíveis a essas questões para garantirmos dignidade e oportunidade de vida aos servidores militares de nosso Estado, reconhecendo esses direitos que são sociais e são direitos humanos.

Parabenizo a Associação Nacional dos Praças por essa luta que está encabeçando a nível nacional. Pela primeira vez temos uma entidade em nível de Brasil que está agregando todas as Associações de Praça. Hoje, um problema da Polícia Militar de Rondônia que está acontecendo nesse momento, é o problema da Polícia Militar de Roraima, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Norte. Estamos nos mobilizando, aprendo a nos unir, somos quase 750 mil praças no Brasil todo e acreditamos que possamos resolver essas questões no diálogo, com entendimento, pois essa é a nossa vontade e anseio. Quero agradecer e desde já convidar os Senhores Parlamentares a participarem dessa Audiência Pública no dia 31 de maio, na Câmara dos Deputados, onde será instalada a Frente Parlamentar de defesa dos trabalhadores da Segurança Pública. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, demais presentes em nosso Plenário, não poderia me silenciar diante da grave denúncia que o Deputado **Flamarion** fez. É preciso que façamos uma análise sobre dois aspectos dessa denúncia, a parte política e a técnica. Na parte técnica, Deputado **Flamarion Portela**, gostaria de falar sobre o problema que Vossa Excelência colocou em relação a juntar recursos federais com recursos estaduais. Um dia na minha vida eu fiz isso, e peguei um processo da Controladoria Geral da União que não permitia. Veja bem, Vossa Excelência não ultrapassava 600 reais, o que eu recebia no ano e eles não permitiam que eu juntasse esse recurso porque a Prefeitura de Iracema aplicava muito mais na merenda escolar. Peguei um processo porque juntei e, para facilitar a licitação, reduzi custos, mas a tecnocracia do Governo não permite que façamos certo tipo de coisa. Sobre o problema das pesquisas das microempresas, primeiro, gostaria de colocar para Vossas Excelências, pois pegar custos de microempresas é ter noção daqueles que têm o custo baixo, que quando eu pesquisei uma microempresa, estou a diferenciando de uma grande empresa porque o custo é maior, mas aqui não estou fazendo nenhuma defesa sobre essa denúncia, estou colocando, tecnicamente, como é possível teremos noção do preço mais alto e do preço mais baixo. Em relação à denúncia, eu gostaria de pedir à presidenta que antes que a Casa tome uma decisão concreta, que permita que a Comissão de Educação convoque a Secretária de Educação. Como diz o Deputado **Flamarion Portela**, tenho o maior respeito pela atual Secretária de Educação por toda a sua história de vida e, tenho absoluta certeza da transparência com que ela vai administrar o recurso público na Secretaria de Educação. Então, se anteciparmos a convocação da Comissão de Educação, e agora estou dizendo aqui publicamente que vou convocá-la imediatamente, para que esclareça a denúncia que está sendo colocada e, aí sim, a Casa terá a obrigação, através do Relatório da Comissão de Educação, de tomar as medidas cabíveis. Agora, antecipar essa posição é desmerecer a comissão que existe. Se nós não convocarmos a nossa Comissão, como existe a Comissão de Defesa do Consumidor, o que nós, da Comissão de Educação, estaremos fazendo? A nossa obrigação é convocá-la de imediato para que esclareça essa denúncia gravíssima e para que dentro dessa Comissão de Educação, façamos um relatório, e se existe, realmente, aquilo que está denunciado com documentos, que aqui nós tomemos as decisões imediatas.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Meu querido Deputado, muito obrigado. Sabia que iria encontrar essa ressonância positiva aqui. Sei que a Assembleia Legislativa tem zelo pela coisa pública, pois temos a obrigação de tentar acertar. Não somos perfeitos, erramos, mas sabia que iria encontrar essa ressonância em Deputados e, em especial, em Vossa Excelência. Deputado, quando fazemos algumas denúncias, outras fluem e são carregadas para cá. Agora mesmo está aqui um empresário que disse que participou do pregão 144, de 26.04.11, sobre a Cadeia Pública de São Luiz. O que é mais estupefante, é que achei que estivesse incluso todo o sistema penitenciário, mas o de São Luiz foi outro pregão. O que eu falei foi o

nº 192 e o nº 144, ele participou antes. Então, participaram duas empresas, a dele, que é a Oriente, e a Andoline. Então, colocaram um milhão e cem mil reais, o outro vai competindo o preço. Ele conseguiu ganhar a de um milhão e cem e baixou o preço para seiscentos e cinquenta e sete mil. Olhem o exemplo, como dizem no linguajar licitatório, foi para o pau, para o cacete, baixou o preço praticamente a metade. Isso aqui que ele me deu é um exemplo. Então, o outro lá, de R\$ 33.750.000,00, disse não, vou por aqui três mil a mais. Quer dizer, nos agride, precisamos clarear naturalmente. Agradeço o aparte e a sensibilidade no sentido de nós podermos clarear. Estou me coçando para saber por que puseram essas licitações em um pacote só. Sabemos que a Educação tem um percentual constitucional, mas colocaram o social com o prisional, tudo junto. Gente, realmente estou sem atirar pedras em ninguém, somente preocupado com os nossos gestores. Pois têm que ter mais zelo na condução na aplicabilidade dos recursos públicos. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** continua – Senhor Deputado, gostaria de convidá-lo a fazer parte da comissão para que possamos juntos com a Secretaria de Educação, esclarecer esses fatos e tomar as medidas cabíveis para a resolução do mesmo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Deputado, quando for convocada a Secretária de Educação, que se convoque, também, algum membro da CPL, até porque, Deputado, na época não era a Secretária **Lenir** que dirigia a pasta. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** continua – É verdade, Deputado. Para encerrar, gostaria de colocar, Senhores Deputados, os nomes que estão sendo indicados para compor os novos nomes para as Secretarias de Estado. Na área da Saúde, o **Leocádio**, na área da Educação, a **Lenir**, na Procuradoria do Estado, pela primeira vez, um Procurador Concursado, um adjunto concursado. Na Controladoria, um técnico vindo do Tribunal de Contas do Estado, concursado e, na SEFAZ, também um técnico do Estado, concursado, que hoje é o Secretário da Fazenda. Então, acho que esses ajustes de credibilidade, sem desmerecer os que passaram, sem faltar com respeito aos outros profissionais que passaram como Secretários do Estado, mas o que caracteriza agora é que você começa a dar uma profissionalização ao serviço público, coisa que o Deputado **Flamarion Portela**, quando Governador, fez um esforço imensurável, pagou um preço muito alto quando tentou tecnocratizar o Estado de Roraima com o concurso público. Então, o Governo procura agora dar esse norte de colocar técnicos nas áreas públicas. Agora, é gravíssima a denúncia e tem que ser apurada imediatamente com rigor. A Presidente da Casa já se manifestou e tem o apoio do líder do Governo, do Deputado Estadual e do Presidente da Comissão de Educação. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhoras e Senhores Deputados, bom-dia. Senhora Presidente, faço uso hoje da Tribuna para falar da reunião que tivemos aqui no Plenário terça-feira passada. Quando a Comissão de Turismo se reuniu para deliberar sobre assuntos de suma importância, estiveram presentes representantes da Federação das Indústrias do Estado de Roraima, da FECOMÉRCIO, das indústrias moveleiras, da indústria madeireira, o Presidente da Câmara de Comércio Brasil/Guiana, representantes do Turismo, Associação dos Distribuidores e do SINDIARTE. Foi uma reunião muito proveitosa, por conta de que nós ouvimos a demanda desses sindicatos, dos profissionais e dos técnicos e pudemos analisar Senhora Presidente, que as principais demandas da indústria do nosso Estado, que ainda é muito incipiente, se passam pela necessidade de abertura de linhas de crédito, ou seja, existe o perfil empreendedor, existem pequenas indústrias instaladas, Deputado **Célio Wanderley**, mas, não existe um capital de giro que possa prover essas pequenas indústrias. Um exemplo é a indústria moveleira, pois hoje ainda importamos muitos móveis de fora por não temos capital de giro para que essas indústrias invistam nas suas estruturas físicas, invistam em insumos para confecção de móveis para comercialização no nosso Estado.

Outra problemática é a questão da mão de obra qualificada. Visitei esses dias um Centro de Treinamento do Estado, Deputado **Sampaio**, que treina aqueles que querem se profissionalizar na confecção de móveis, mas ainda é muito incipiente e ainda precisa ampliar sua estrutura física e operacional para que esses sejam treinados e atendam a demanda moveleira do nosso Estado, tendo em vista que a instalação de indústrias no nosso Estado é uma das saídas para geração de emprego e renda.

Uma outra demanda são os incentivos fiscais que perpassam pela isenção ou redução das Alíquotas de ICMS. Há aí uma demanda do Estado para que o ICMS seja reduzido e se possível até isento no que

diz respeito ao ativo imobilizado, ou seja, para que aqueles equipamentos que são comprados para a indústria, que vão gerar emprego e renda, sejam isentos do pagamento de ICMS.

O Distrito Industrial encontra-se, hoje, abandonado. Precisamos investir no Distrito Industrial, principalmente, na questão energética que é gravíssima, pois as oscilações de energia queimam motores quase diariamente e inviabilizam a produção e a industrialização de insumos naquele distrito por conta dessa oscilação.

Outras demandas vêm do comércio. Ontem visitei a Secretaria de Fazenda, tive a oportunidade de conversar com o Secretário e perguntei a ele por que nós ainda não gozamos do mesmo incentivo fiscal que goza a Zona Franca de Manaus. Porque, principalmente, na zona da área comercial, as grandes redes de supermercados compram com incentivos fiscais diferenciados, superiores ao que a área de livre comércio tem e, transferem essas mercadorias para o nosso Estado com esse incentivo, usando aqui a concorrência desleal, ou seja, os empresários do ramo de supermercados que compram os produtos de fora não gozam desses incentivos, por conta disso, não tem como praticar os mesmos preços, os lucros ficam nas mãos das grandes redes de supermercados e são transferidos para os seus Estados de origem, quando deveriam ficar no nosso.

Essa demanda foi levada para o Conselho Fazendário de São Paulo que a aceitou, mas, Rondônia, não. E, está agora nas mãos do Governador do Estado de Roraima, ou seja, os técnicos têm um entendimento, porém, os Governos precisam afinar-se. O secretário me passou que o Governador do Estado vai ter uma conversa com o Governador do Estado de Rondônia, para que isso possa ser acertado, ou seja, que os incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus sejam equiparados aos incentivos fiscais das Áreas de Livre Comércio e, a partir daí, termos uma concorrência leal e possamos gerar emprego e renda na rede supermercadista de empresários locais. Por que minha preocupação com empresários locais? Porque acredito que até podermos produzir e comercializar produtos em nosso Estado, gerando emprego e renda nos três segmentos, devemos, pelo menos, tomar essas providências, equiparar essas alíquotas e, a partir daí, prover esses empresários para que eles possam gerar emprego e renda.

Uma outra demanda, é a devolução automática de crédito para o microempresário, ou seja, fica retida uma demanda de crédito e só há ressarcimento desse valor, quando requerido, entretanto, deveria ser automático. Então, se você não tiver conhecimento da legislação, não vai requerer, por conta disso, não recebe. Entendo até como má administração, má fé da Secretaria do Estado da Fazenda, não sei. É uma pergunta. Vamos convocar o Secretário de Fazenda e fazer uma Audiência Pública, para que isso possa ser explicado.

Gostaria que, quando o Governador do Estado fosse novamente distribuir o Vale Solidário ou o Pró-Custeio, programas assistenciais que o Governo provém e que são essenciais, quando houver o recadastramento e for restabelecida a entrega dos mesmos, que haja um calendário físico/financeiro, para que o empresário possa programar-se. Para que o vale não se torne uma moeda, quase inválida, como foi no ano anterior.

Uma das demandas importantes é a do turismo, mas em nosso Estado, também, é incipiente, e necessita de uma regulamentação. Foi feito por este Deputado um projeto de lei para que seja regulamentado o turismo, principalmente, de aventura em nosso Estado, para que possa oferecer segurança àqueles clientes do turismo de aventura em nosso Estado. E, para aqueles que trabalham empresariando essa prática de turismo, envolve o Corpo de Bombeiros, as empresas que praticam e para os clientes. Essa demanda já está tramitando na Casa. Temos aqui atrativos naturais excelentes que foram agraciados por Deus em nosso Estado. Precisamos criar infraestrutura para que todos aqueles que desejem praticar o turismo de aventuras e turismo ecológico saibam que nosso Estado dispõe do turismo ecológico, ou seja, uma rede hoteleira deve existir para recepcionar o cliente, porque se um cliente do turismo souber que nosso Estado não dispõe de segurança, não vem. Ele deve saber que, quando estiver aqui, além de uma boa recepção numa rede hoteleira, terá segurança, e cabe ao Estado, pois, a segurança é um direito fundamental do cidadão. Cobramos também a divulgação desses atrativos, porque tem que saber, principalmente, no exterior todos aqueles que porventura necessitem de ter esse conhecimento, que praticam esse tipo de turismo de aventura e ecológico ele deve saber que o Estado de Roraima tem esses atrativos, temos que divulgar. E, enquanto as empresas locais não dispuserem de recursos, o Governo do Estado pode divulgar no Brasil e em outros países tendo em vista a nossa vizinhança com a Guiana Inglesa e com a Venezuela e a partir daí divulgar para o Caribe e para a Europa para que possamos receber turistas e aquecer a nossa economia.

Sempre fui um admirador do Presidente **Lula**, pois, na maior crise do Brasil, o Presidente ligou para o maior empresário do Brasil **George Gerdau** e disse o seguinte: “Vamos comprar, vamos vender, vamos trabalhar, vamos empresariar, não é hora de baixarmos a cabeça”. É hora de otimismo. Devemos disseminar a cultura do otimismo no nosso Estado. Devemos como a Assembléia Legislativa, o Governo do Estado como Poder Executivo, devemos disseminar a cultura do otimismo sempre acreditando que dias melhores virão e que o nosso Estado tem jeito, tem futuro e que é o melhor Estado do mundo, precisamos apenas acreditar mais no nosso Estado e trabalhar para que as coisas aconteçam.

Quero propor ao Poder Público, Executivo, na pessoa do Deputado **Joaquim Ruiz**, ao nosso Parlamento na pessoa da Presidente **Aurelina Medeiros** a todos que estão aqui juntos uma parceria pelo nosso Estado que hoje passa por situações difíceis e que não cabe só ao Executivo resolver, cabe a nós juntos.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Deputado **Brito**, parabéns pelo pronunciamento de Vossa Excelência, pois tem pautado a sua atividade, o desempenho aqui sempre buscando um melhor desempenho econômico para que as pessoas possam constituir uma qualidade de vida melhor. Eu estou começando a analisar, Deputada **Aurelina**, dados sócio-econômicos do IBGE, vou colocar apenas um dado para vocês, o que começou a me preocupar, pois a média nacional para as pessoas que vivem no Brasil abaixo da linha da pobreza, ou seja, as pessoas que vivem com menos de setenta reais por mês são de 8.5%. Pois bem, Vossas Excelências sabem qual é a média de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza em Roraima? São mais de setenta e seis mil pessoas, dessas mais de cinquenta mil são da área rural e vinte e cinco mil da área urbana, ou seja, as pessoas que estão realmente passando fome são da área rural. É uma inversão até incompreendida. Mas, esse percentual de Roraima sai de 8.5% para 16.9%, nós temos em Roraima praticamente o dobro das pessoas brasileiras em média que vivem abaixo da linha da pobreza. Isso é preocupante. Temos empobrecido, isso está comprovado pelos dados do IBGE. Sabemos aqui que não é falta de recursos, porque o Governo de Roraima teve no mês de fevereiro mais de oito milhões por dia útil para gastar. É muito dinheiro. O nosso FUNDEB cresceu os últimos seis anos 126%. E o nosso número de aluno caiu, por quê? Porque as nossas escolas foram municipalizadas. Tínhamos em 2004, cento e seis mil alunos, hoje temos oitenta e dois mil alunos, ou seja, o nosso alunado diminuiu. Mas, a nossa receita cresceu 126%. Agora, recentemente a TV Roraima fez uma enquete nacional em que Roraima tem o aluno mais caro do FUNDEB, temos a maior receita per capita do Brasil, Roraima é mais cara do que São Paulo no recurso do FUNDEB. Por que a nossa população está mais pobre? Temos que começar a analisar esses dados sócio-econômicos, senão nós que ainda somos jovens e queremos um Estado com futuro para nós, deixo a pergunta: E o futuro dos nossos filhos? E dos nossos netos? Será que terão que buscar oportunidade fora, porque Roraima não irá construir para eles oportunidade de trabalhar e terem sua vida aqui? Muito obrigado!

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Célio Wanderley** – O que nos preocupa é que esses números são significativos na população indígena do nosso Estado. É um dado que nós não tínhamos, e que agora nós temos. Como as demarcações em grandes extensões deixaram a ação do Governo ficar no limite, e o Governo Federal em contrapartida não tem dado suporte, isso tem empobrecido, principalmente, as áreas indígenas. É comum para quem nasceu aqui em Roraima saber que em todas essas comunidades quando você chegava, a pessoa tinha frutas, banana, farinha para vender. Hoje, se você for a essas comunidades e quiser comprar um litro de farinha, não encontra, porque eles não estão produzindo por falta de apoio dos Governos Federal e Estadual.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua – O que o Deputado **Flamarion Portela** colocou é de suma importância. São gastos oito milhões por dia, e existe uma diferença entre gastar e investir. Se esse dinheiro fosse investido nos pontos cruciais, atendesse as necessidades fundamentais do cidadão: saúde, educação e segurança, e se os demais recursos fossem alocados para gerar uma outra matriz econômica para sair do contracheque, que é fadado ao fracasso, nós já estaríamos em outras condições econômicas.

O Deputado **Joaquim Ruiz** colocou, aqui, que o Governo do Estado tem tentado acertar. Só precisa acertar, precisa calcular melhor o risco, principalmente, quando for indicar o ponto chave do Governo que é Secretário, que é quem tem o poder de decisão. Eu acredito que não precisa ser administrador para administrar. Não tem que ser

engenheiro que tem que ir para a Secretaria de Obra. Acredito que a pessoa que está à frente de uma pasta tenha que ter idoneidade, e é muito fácil para saber disso, o nosso Estado é pequeno e as informações correm boca a boca. Na internet, se você colocar o nome da pessoa e o CPF, já sabe quem ela é.

Nós temos a carga tributária mais alta do mundo, em especial no Estado, e o Deputado **Fllamarion Portela** colocou bem quando disse que existe uma concentração de renda, principalmente, no nosso Estado. São poucos com muito e muitos sem nada, e quando se fala do futuro sempre colocamos que precisamos preparar para o futuro.

Eu vi outro dia na internet uma coisa interessante: “Que nós precisamos preparar o futuro para os nossos filhos.” Será que nós estamos preparando os nossos filhos para o futuro? Isso é uma linha tênue que temos que cuidar junto com o Estado e com o nosso povo, é para isso que nós fazemos parte do Parlamento. Muito obrigado.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Solicito aos Senhores Deputados que se encontram no gabinete que venham ao Plenário.

Há dois Requerimentos para serem votados.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que faça leitura do Requerimento número 024, em conformidade com o artigo 192, parágrafo único, inciso primeiro, alínea b, e, inciso 18, do artigo 196, inciso primeiro e 18, todos do Regimento Interno, solicitando a convocação do Secretário de Estado da Agricultura, **Rodolfo Pereira**, para prestar esclarecimento junto a Comissão de Agricultura Pecuária e Política Rural, sobre o Pró-custeio.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** - Lido o Requerimento.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Antes de colocá-lo em votação, existe uma solicitação verbal que eu gostaria de colocar a apreciação do Plenário, para que a convocação do Secretário de Agricultura possa vir a esta Casa, para ser ouvido nesta Casa e não na Comissão, porque todos os Deputados gostariam de participar, e que a presença dele sirva para discutirmos, aqui a situação da agricultura.

Coloco em votação simbólica o Requerimento e a solicitação verbal de vários Deputados.

Os Deputados que concordam permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento que solicita a presença do Secretário Estadual de Agricultura **Rodolfo Pereira**, no plenário da Assembleia Legislativa.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Requerimento número 025/11.

Em conformidade com o artigo 192, parágrafo único, inciso primeiro, alínea b e c, inciso 18, do artigo 196, inciso primeiro e 18, todos do Regimento Interno, solicito a convocação do Gerente Geral do Banco da Amazônia, Agência Boa Vista, Senhor **Roberto Araújo Silva**, para, em data a ser fixada, prestar esclarecimento junto a Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural, sobre a aplicação de recursos destinados ao Estado de Roraima para o ano de 2010 e previsão de aplicação para o ano de 2011.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** - Lido o Requerimento.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** pede Questão de Ordem – Peço que inclua o Superintendente Regional, sediado em Manaus, porque quem tem o poder de decidir é a Superintendência.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** pede Questão de Ordem – Solicito que retire o termo “convocar” e substitua por convidar.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Solicito que substitua a palavra convocar por convidar.

A solicitação do Deputado **Joaquim Ruiz** é de que se inclua no convite o Superintendente Regional do Banco da Amazônia, e que, da mesma forma, eles possam ser ouvidos no Plenário da Assembleia Legislativa e não na Comissão de Agricultura. Então, eu gostaria de colocar em votação, como no requerimento anterior, a presença do Gerente Geral no Plenário da Assembleia Legislativa e não na Comissão. Quero a solicitação verbal dos Deputados e coloco o Requerimento em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que concordarem permaneçam como estão.

Dou por aprovado o requerimento.

Não havendo mais matéria para Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Remídio Monai** – Senhora Presidente, o Deputado **Chicão da Silveira**, quando usou a palavra ainda há pouco, fez uma menção ao Deputado que tem um transporte escolar. Agora no prego que teve, disse que o Deputado pegou um transporte escolar no Alto Alegre em detrimento de pais de famílias.

Eu quero só deixar registrado aqui o seguinte: Primeiro, eu queria que o Deputado **Chicão da Silveira** esclarecesse do que e de

quem ele estava falando. Eu tenho uma história de trabalho no Estado de Roraima através da Amatur. Todo mundo sabe que eu sou empresário de transporte. E, neste prego que aconteceu de 98 lotes, a AMATUR não conseguiu pegar nenhum.

Então, só para esclarecimento às pessoas que estão nos ouvindo, a imprensa, gostaria que o Deputado **Chicão da Silveira** esclarecesse o que ele quis dizer quando afirmou que Deputados estão pegando transporte escolar no município do Alto Alegre em detrimento das pequenas empresas e das pessoas. Eram essas as minhas Explicações Pessoais

O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** – Senhora Presidente, Senhora e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores que nos honram com suas presenças no nosso auditório, todos os ouvintes em Rorainópolis. Deputado **Remídio Monai** em poucas palavras eu vou responder a Vossa Excelência. Conhecendo a conduta empresarial de Vossa Excelência, o convívio que tenho com Senhor Deputado, jamais me referendi a empresa de Vossa Excelência. Eu não citei um, dois, não, são vários Deputados. Se Vossa Excelência for à Secretaria de Educação, no departamento do setor de transporte, quando você reclama que o transporte escolar não está cumprindo com as suas obrigações, que deveria pegar a criança lá no final da Vicinal, você às vezes é cortado imediatamente, nisso nós não mechemos que isso aqui é protegido do Deputado fulano de tal. E isso nós não podemos aceitar. Que façam de forma decente, respeitosa, a pessoa ali está trabalhando, está cumprindo com a sua obrigação, ganhando seu dinheiro, mas tem que ter primeiro, responsabilidade de levar às crianças às escolas. E nós não podemos aceitar isso aí.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, próximo domingo dia 8 de maio, comemora-se universalmente o Dia das Mães. Em rápidas pinceladas gostaria de historiar como surgiu esse dia e qual a verdadeira intenção de sua criadora.

A mais antiga notícia que temos é que a comemoração do Dia das Mães é mitológica. Conta-se que o seu início ocorreu na antiga Grécia, onde a entrada da primavera era festejada em homenagem a Rhea, que era considerada a mãe dos deuses.

No início do século XVII, há um registro de que a Inglaterra começou a dedicar o 4º domingo da Quaresma às mães das operárias inglesas. Nesse período, as operárias trabalhavam também aos domingos e, só a partir daí, desse 4º domingo da Quaresma, elas foram liberadas para ficarem em casa com as suas mães, o que era chamado (Moderin dei).

Nos Estados Unidos da América, em 1872, surgiram as primeiras sugestões para a criação de uma data para homenagear as mães, por parte da escritora (Diúlia Uórd RRove), mas foi outra americana, Anna Jarvis, em 1905, no Estado da Virgínia Ocidental, quem iniciou a campanha para instituir o Dia das Mães. Anna era filha de pastores e ao perder a sua mãe entrou em grande depressão. Preocupadas com aquele sofrimento, algumas amigas tiveram a idéia de perpetuar a memória de sua mãe com uma festa. Anna quis que a festa fosse estendida a todas as mães. Vivas ou mortas, como um dia em que todas as crianças lembrassem e homenageassem suas heroínas. A idéia era fortalecer os laços familiares e o respeito aos pais. Mas, somente em 26 de abril de 1910, o Governador da Virgínia Ocidental, Willian Gléscok, incorporou o Dia das Mães ao calendário de datas comemorativas daquele Estado. A partir daí, outros Estados aderiram à comemoração. E, finalmente em 1914, o Presidente Udrau Wilson unificou a celebração em todos os Estados Americano, estabelecendo o segundo domingo de maio como o Dia Nacional das Mães, por sugestão de Anna Jarvis. Após esse fato, mais de 40 países adotaram a data.

No Brasil, essa data foi comemorada pela primeira vez em 12 de maio de 1918, numa promoção da Associação Cristã de Moços de Porto Alegre. Em 1932, o então Presidente Getúlio Dorneles Vargas, oficializou a data, estabelecendo o segundo domingo de maio como o Dia das Mães.

E assim, Senhora Presidente, Senhores Deputados, não poderia deixar de reconhecer de público e homenagear nesta ocasião aquelas que são responsáveis pela geração, cuidados, orientação, formação moral e intelectual de cada um de nós. Quero, em nome de D. Sebastiana da Silveira, minha querida mãe, cumprimentar todas as mães de Roraima, por essa tão significativa data. D. Sebastiana é mulher simples, porém meiga e altruísta. Mulher que, desde a minha mais tenra idade, orientou-me a caminhar pela senda do bem. Ela é, sem sombra de dúvida, a maior responsável pela minha trajetória político-partidária. Ela é, abaixo de Deus, a bússola que me indicou o norte do bem, do respeito e da moralidade. Não sei o que seria da minha vida, se não fossem os sábios aconselhamentos, o desvelo, o amor e o carinho dispensados a mim, e aos meus irmãos. Uma família de onze irmãos. Por isto,

Senhora Presidente, Senhora e Senhores Deputados, quero aproveitar esta oportunidade, uma vez que, domingo vindouro comemora-se o Dia das Mães, para render as minhas pálidas homenagens diante de tamanha figura. Minha mãe, você é minha heroína. Você continua sendo a minha Estrela Guia. Você é a maior de todas as mães. Bendito seja o Deus que lhe criou e bendita seja você mãe, por tudo o que representa para nós. Parabéns pelo seu dia, o Dia das Mães.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, essas não são só palavras, não é só discurso. Poucos da minha idade têm o privilégio de ter mãe. Minha mãe hoje tem 87 anos, com toda lucidez, graças a Deus. Agradeço todos os dias nas minhas orações por ter esse privilégio. Eu tenho 52 anos de idade e desses 52 anos, graças a Deus, todos nós comemoramos esse dia em família, passamos esse dia juntos. Privilégio de poucas pessoas nessa idade. Então, eu quero que, no próximo domingo, Deus abençoe e ilumine todas as mães, dando-lhes sabedoria, inteligência, discernimento para poder criar um filho bem educado. Essas oportunidades são ímpares, são únicas. Espero que esta homenagem seja estendida a todas as mães do Estado de Roraima. Muito obrigado.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Eu só queria aproveitar, também, para dizer que eu sou mãe, tenho mãe e sei o que é ser mãe como ninguém. O sentimento de ser mãe eu não sei definir, se alguém me perguntar, mas quero deixar um abraço a todas as mães do Estado as mães da Assembleia Legislativa, as minhas companheiras de trabalho, a minha mãe, a mãe de cada um de vocês, as mãezinhas lá dos bairros, das Viciniais. A todas as mães do meu Estado um abraço imenso e parabéns pelo seu dia.

O Senhor Deputado **Célio Wanderley** – Eu gostaria, também, de me referir às Explicações Pessoais quando o Deputado **Remídio Monai** fala do transporte escolar. Primeiro que há sempre, Deputado **Chicão da Silveira**, essa história que a gente vem aqui na Assembleia Legislativa e fala que é de Deputado. Temos que dar o nome, porque quando falamos que o transporte escolar é de um Deputado, isso envolve todos os Deputados porque ninguém sabe de quem se trata. O que eu sei sobre o transporte escolar é que espero que agora, com esse pregão que houve este mês, tenha mudado a situação. As pessoas que se propõem a fazer o transporte escolar neste Estado vão à Secretaria de Educação, ganham o pregão, apresentam um ônibus novinho, com características dentro da norma e, quando vai para o interior para prestar o serviço, coloca um ônibus como colocaram no Amajari, cuja porta caiu quando ele estava trafegando, levando as crianças para a escola. O ônibus faz transporte na segunda, terça e quarta, quando chega a quinta ele não vai porque não há combustível, ou seja, às vezes, se ganha o pregão sem ter condição, colocando um preço muito abaixo em relação àquilo que pode oferecer e depois o serviço não presta, não é adequado e quem sofre são os nossos alunos.

Então, eu não questiono que quem pega o pregão tem que ter a responsabilidade, que a educação é fundamental, é a mola mestra de qualquer cidadão que queira mudar de vida. Mas, quando se trata de anunciar que foi esse ou aquele Deputado, tem que citar nome para que não venhamos amanhã a estar aqui questionando quem foi o culpado. Eu sei que o Deputado **Remídio Monai** mexe com transporte, a sua família faz transporte coletivo, mas eu nunca vi por parte dele qualquer denúncia. Eu falo exatamente desses que não têm condições de fazer e vão lá ao pregão, apresentam muitas vezes a viatura que não é a que vai para o local e depois acontece o que vem acontecendo, principalmente, no município do Amajari dentre outros. Eu sei que essa é a realidade deste Estado. A falta de respeito é total. Aí vamos à Secretaria de Educação e há uma rota para fazer. A pessoa vai lá, olha a rota, a rota não é asfaltada, quando dá uma chuva ele não vai porque tem água na estrada e pode molhar o radiador do carro. E, diz não, porque há somente dois alunos e não vai porque vai chegar tarde. Quando a pessoa participa, tem que ter a obrigação de fazer. Isso tem acontecido não só município do Amajari, mas no município de Pacaraima, de Normandia, em quase todos os municípios do nosso Estado acontece esse problema. Então, temos que pensar que esse transporte escolar, quem ganha esse pregão, tem que ter responsabilidade e condição de realizar um bom trabalho.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, só queria aproveitar as Explicações Pessoais para externar o sucesso da audiência pública de ontem na Comissão de defesa do consumidor. Parabéns os Deputados membros, nosso Presidente da Comissão, Deputado **Coronel Chagas** e o Deputado **Rodrigo Jucá**, que estiveram presentes. Agradeço a participação do Ministério Público Estadual, do representante do Sindicato dos Postos de Combustível, da sociedade civil organizada que requereu essa Audiência, e informo que foi um sucesso. Infelizmente, tivemos algumas decepções em virtude de que foi constatado no decorrer da Audiência, em nível de Brasil, de que não existe uma Lei que regule o preço do combustível no País. Simplesmente é livre a concorrência de mercado que estabelece o preço do combustível, não há nenhum amparo por parte do Governo Federal que determine o aumento do preço do combustível e, constatamos que Roraima tem o combustível mais caro do Brasil, que a alta incidência de carga tributária no combustível roraimense é um dos motivos que faz o preço serem tão alto que temos taxa de ICMS de 25% sobre o combustível, incidindo, também, o ICMS sobre o transporte desse combustível. Então, tiramos um encaminhamento de um estudo técnico junto à equipe de governo, solicitando a possibilidade de reduzir essa carga tributária sobre o combustível. Portanto, a audiência foi um sucesso. Tivemos a oportunidade de esclarecer, os empresários tiveram oportunidade ímpar de exporem seus pontos de vista, demonstrando como chega para eles o preço do combustível, o valor que eles têm que repassar, garantindo sua margem de lucro, pois o empresário tem que ganhar seu dinheiro de maneira transparente. Agradeço os membros da Comissão e, aproveitando a oportunidade, felicito todas as mães pela passagem do Dia das Mães, a minha esposa, a minha mãe, que são pessoas que fazem o diferencial, que norteiam minha vida no dia-a-dia. Estão de parabéns todas as mães roraimenses e brasileiras. Obrigado.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Senhor Presidente, Senhores Deputados, queria, em primeiro lugar, abraçar e felicitar todas as mães da Assembleia Legislativa. Nós temos aqui quase 70% dos servidores do sexo feminino, conseqüentemente, uma massa de mães nesse Poder. Queria abraçar a todas e desejar muita paz, saúde no seio da família, e que vocês continuem fazendo a cada dia o dia das mães, porque somente um dia para comemorar o dia das mães é pouco. As mães fazem com que esse dia seja grandioso, bonito e belo. Quero dizer que bem aventurados aqueles que têm mãe, benditos os que têm mãe, porque não há nada mais sagrado na face da terra do que ser mãe. Um beijo especial para todas as mães. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, quero parabenizar todas as mães do nosso Estado de Roraima e, em especial aquelas que estão aqui presentes, todas as mães da Casa, todas as mães que nesse momento estão cuidando de sua família, que tanto se esforçam, trabalham para que sua família tenha sua sustentabilidade. Como diz um grande cantor da MPB “não é só mãe, não é só mulher, é a deusa da família”. Parabéns a todas as mães.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor Presidente, quero me juntar a todos os Deputados que me antecederam, desejando às mães roraimenses um feliz dia no seio de sua família. Mãe é sinônimo de amor, compreensão, carinho. Em nome de todos que compõe o meu gabinete, desejo um feliz dia das mães a todas as mães de Roraima.

O Senhor Presidente (**Remídio Monai**) – Não havendo mais nenhum Deputado que queira usar de Explicações Pessoais, e não havendo mais nada a tratar, encerro a presente Sessão e convoco outra para o dia 10, à hora regimental.

Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Ângela Águida Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 10/05/11